

A QUEDA DA DITADURA E O ASCENSO
REVOLUCIONÁRIO EM PORTUGAL



DECLARAÇÃO DO
SECRETARIADO
UNIFICADO DA
QUARTA
INTERNACIONAL

A QUEDA DA DITADURA E O ASCENSO REVOLUCIONÁRIO EM PORTUGAL

DECLARAÇÃO DO SECRETARIADO UNIFICADO DA QUARTA INTERNACIONAL

Sob os golpes dos combatentes africanos de libertação nacional, a ditadura salazarista acaba de se desmoronar em Portugal.

A crise da burguesia, com o desenvolvimento do sector do capital financeiro favorável a uma solução neo-colonial em África (na Guiné, em Moçambique e em Angola), a uma aproximação com o Mercado Comum europeu e a uma modernização das estruturas económicas e sociais - sector representado por exemplo pelo banqueiro português António Champallimaud e pelo trust CUF - constitui o pano de fundo do golpe de Estado, militar que derrubou o regime fascista carcomido e arcaico de Caetano e seus comparsas. Contrariamente à burguesia espanhola, que teme a mais pequena liberalização, por causa do grau de mobilização, organização e combatividade operárias, fracções importantes da grande burguesia portuguesa consideraram possível uma abertura democrático-burguesa "na ordem e na disciplina", sem o perigo de uma situação revolucionária a curto prazo, por causa do (relativo) atraso político e organizacional da classe operária em Portugal.

De momento, não há dúvida que o golpe militar de 25 de Abril abriu a via a um rápido e surpreendente ascenso de massas, que se arrisca a ultrapassar o quadro estabelecido pela burguesia e por Spínola. O levantamento da chapa de chumbo do fascismo libertou enormes energias, esmagadas durante meio século de ditadura. A burguesia encontra-se desarmada. Na ausência de um aparelho político de alternativa, ela é obrigada a abandonar a dianteira da cena política ao Partido Comunista e ao Partido Socialista. O seu raciocínio é semelhante ao da burguesia italiana e francesa no momento da queda do fascismo. Através da integração dos P.C.s em governos, de coligação com a burguesia "democrática" neutralizar e conter o movimento de massas.

Que papel desempenham, nesta conjuntura, os reformistas? Os social-democratas, dirigidos por Mário Soares apoiam incondicionalmente a Junta e o governo de "união nacional", indo do P.C. aos liberais burgueses. O P.C. português, largamente hegemónico na classe operária, graças ao seu prestígio de resistência anti-fascista, está disposto, ele também, a tudo sacrificar no altar da unidade nacional, e a evitar toda a acção que entre em contradição com a orientação da Junta. Por exemplo, o seu manifesto de 9 de Maio de 1974 não diz uma única palavra sobre a independência das colónias e denuncia em compensação o "aventureirismo", chegando até a opôr-se ao derrubamento "ilegal", (que começou um pouco por todo o lado) das municipalidades fascistas ainda em função. Tanto o P.S., como o P.C. baseiam a sua estratégia na unidade entre o "povo" (compreendendo nele a burguesia) e as "Forças Armadas" (no seu conjunto).

Um dos fenómenos mais interessantes da explosão portuguesa é a politização e a radicalização no seio do exército. Podemos distinguir várias tendências no corpo de oficiais:

1) A alta hierarquia, de passado fascista, que tenta, expurgando os seus elementos mais comprometidos (dezenas de generais e almirantes foram postos na reserva), restabelecer rapidamente "a ordem e a disciplina". Hegemónica na Junta de Salvação Nacional, multiplicou os avisos, os apelos à ordem e as ameaças veladas, procurando furtar-se às pressões dos jovens oficiais e ao ascenso das massas;

2) Os capitães de carreira, ponta de lança do movimento de 25 de Abril,

democratas pequeno-burgueses, podendo polarizar-se à direita face ao "perigo vermelho";

3) Os oficiais "milicianos", não profissionais, numericamente maioritários no exército, fortemente influenciados pelo PC e PS e mesmo pelas correntes de extrema-esquerda.

Quanto aos soldados e marinheiros, foram vistos no 1º de Maio na rua, de braço dado com os operários e os estudantes, agitando bandeiras vermelhas com a foice e o martelo, do alto dos seus camiões militares. A radicalização é particularmente intensa na marinha, onde já tinha havido uma sublevação vermelha favorável à República Espanhola, em 1936. Tentativas de auto-organização começam nas casernas e nos navios.

O fim da guerra colonial constitui, para o governo provisório, a tarefa mais urgente e difícil.

A revolta contra a continuação da guerra é praticamente unânime na população e nos soldados e marinheiros. Ela é a causa imediata da queda do regime de Caetano. A recusa dos soldados a embarcar para as colónias começa a verificar-se. O descontentamento face à guerra atinge também muitos oficiais jovens. Os militantes que se opõem à guerra não desertam, mas organizam-se nas casernas, encontrando à sua volta um grande eco. Chegou a hora de um trabalho revolucionário que acelere o processo de desintegração do aparelho militar burguês. A continuação da guerra colonial de criar as condições para uma penetração massiva dos revolucionários no exército, apelando à constituição de conselhos de soldados e marinheiros que se opõem à guerra.

A burguesia e o governo provisório estão perfeitamente conscientes desta situação. O que eles temem acima de tudo, é a decomposição total do exército que lhes tiraria a sua única arma política um pouco eficaz nas circunstâncias actuais. Mas sabem igualmente que a concessão imediata de independência política formal às colónias poderia implicar a revolta de uma parte do exército profissional de além-mar, que está nas colónias, apoiada pelos colonos de Moçambique, pelos regimes racistas da África do Sul e da Rodésia, e mesmo por França, contra esta política de "abandono". Por outro lado, não é provável que todas as forças nacionalistas aceitem a solução neo-colonial que a burguesia portuguesa, reagrupada em torno de Spínola, tenta levar a cabo. É por isso que o governo provisório procura sobretudo ganhar tempo, propondo aos movimentos de libertação que se batem nas colónias o cessar fogo, seguido de longas negociações, com vista a obter, tanto do exército e colonos portugueses, como dos combatentes africanos, um grande consenso a favor de uma solução neo-colonial.

A outra grande dificuldade que o governo provisório tem de enfrentar, é a rápida deterioração da situação económica, caracterizada por uma inflação cada vez mais acelerada e pela recusa das massas trabalhadoras em tolerar as condições de super-exploração existentes sob o fascismo, que eram as únicas condições sob as quais foi possível realizar no decurso do último decénio a acumulação de capital em Portugal.

A formidável explosão de greves, apesar dos esforços frenéticos do P.C. para canalizar as massas para a colaboração de classes com vista à "reconstrução nacional", põe na ordem do dia a conquista do salário mínimo vital de 6000\$00 por mês, a semana de 40 horas, 4 semanas de férias pagas a 100%, o estabelecimento do princípio de "a trabalho igual, salário igual" para os trabalhadores do sexo feminino e para os jovens. É na acção directa por estes objectivos unificadores que se forjará a unidade da frente operária e um movimento sindical poderoso enraizado nas empresas,

e tendo uma forte base de democracia proletária.

Os marxistas revolucionários portugueses da Liga Comunista Internacionalista, que já intervieram ao lançar e popularizar estas palavras de ordem, combaterão afincadamente para conquistá-las através de acções de classe cada vez mais importantes, culminando em greves generalizadas, e, se necessário, numa greve geral.

A tarefa actual não se limita evidentemente à defesa dos interesses imediatos das massas trabalhadoras, por mais importantes que elas sejam. Trata-se para os marxistas revolucionários, de opôr, sem hesitações, uma orientação política de conjunto, aos projectos reformistas de colaboração de classes, às reformas parciais e tímidas, aos subterfúgios e vacilações dos dirigentes do P.C. e P.S.

Face às manobras dilatórias do governo provisório sobre a questão colonial os marxistas revolucionários bater-se-ão por um apoio à luta armada dos movimentos de libertação, pela independência imediata, total e incondicional das colónias. Nem mais um embarque para as colónias! Nem mais um soldado, nem mais um tostão, nem mais uma gota de sangue para a continuação da suja guerra colonialista! Retirada imediata das tropas portuguesas das colónias!

Face às tentativas em retardar as eleições gerais e de manter o poder nas mãos da Junta Militar, para a qual o governo provisório apenas serve de fachada, os marxistas revolucionários mobilizarão as massas principalmente em torno das seguintes palavras de ordem:

- Liquidação imediata de todas as instituições fascistas, e a sua substituição por organismos democraticamente eleitos;
- Julgamento de todos os torcionários e agentes fascistas da PIDE e de outros organismos de repressão, pelos tribunais populares eleitos e responsáveis perante as massas;
- Extradição de Caetano e do almirante Tomás para serem julgados pelas massas trabalhadoras portuguesas pelos crimes de que são culpados perante o povo;
- Supressão imediata do Código Penal e de toda a legislação repressiva da época de Salazar e Caetano;
- Amnistia imediata e incondicional de todos os desertores sem a sua incorporação obrigatória no exército;
- Supressão imediata e definitiva de toda a forma de censura na imprensa, na rádio e na televisão;
- Direito de greve ilimitado para todos os assalariados, sem nenhum entrave ou regulamentação legal; liberdade completa de associação, de reunião e de imprensa;
- Eleição imediata, por sufrágio universal de todas as mulheres e de todos os homens que vivem em Portugal com 18 anos de idade, de uma Assembleia Constituinte soberana, e direito para todas as organizações sem nenhuma restrição de participar nestas eleições. Os marxistas revolucionários apelam para os militantes do P.C. e do P.S. para que saiam do governo de "união nacional" e para lutarem para que a Junta seja substituída pelo governo emanado desta Assembleia Constituinte;
- Constituição de sindicatos de assalariados assente em assembleias democráticas de base nas empresas e nas localidades, e a sua federação assegurando uma larga possibilidade de controle e de decisão em última instância pelos organismos de base;
- Eleição de comités de controle operário nas empresas, nas oficinas, nos bancos, nas companhias de seguros, nas grandes empresas de comércio, nos transportes;
- Eleição de comités de soldados e marinheiros, que devem gozar imediatamente de todos os direitos políticos democráticos;
- Aplicação do programa radical de reforma agrária, que assegure a aliança operário-camponesa.

Na época contemporânea, não há lugar para um processo de "revolução democrática", nem para uma "etapa democrática" de um processo revolucionário em Portugal. A realização urgente das tarefas democráticas, resultantes do carácter inacabado da antiga revolução burguesa no país e da necessidade em liquidar as sequelas do passado, combina-se desde o início do processo revolucionário, com a exacerbação da luta de classes, com a necessidade imperiosa de organizar o proletariado industrial e agrícola de maneira totalmente independente da burguesia e do Estado burguês, para o tornar capaz de prosseguir até ao fim a defesa dos seus interesses imediatos e históricos.

O que se pode desenrolar em Portugal, é um processo de revolução permanente e não uma utópica "revolução democrática", quer dizer, um processo, que partindo da luta pelas aspirações imediatas das massas, citadas acima termine numa prova de forças generalizada, no fim da qual o proletariado organizado nos seus conselhos democraticamente eleitos e armado face às tentativas de repressão da burguesia, que serão cada vez mais duras, destruirá o aparelho de Estado burguês e conquistará todo o poder. É a capacidade crescente de intervenção da vanguarda revolucionária, é a modificação da relação de forças entre ela e a direcção reformista hoje ainda reconhecida pela maioria dos trabalhadores, e a construção de um poderoso partido revolucionário, secção portuguesa da IVª Internacional, que determinará a saída deste processo.

Se este processo revolucionário não é conduzido até às últimas consequências, o perigo de uma contra-ofensiva de extrema-direita será de temer com mais intensidade. Apoiando-se nos quadros profissionais do exército, hoje cada vez mais assustados com o ascenso das massas, uma total contra-ofensiva poderá tomar uma forma tanto mais violenta e sangrenta porque a burguesia treme hoje pela manutenção dos seus privilégios e do seu poder. Os marxistas-revolucionários devem imperiosamente pôr em guarda as massas trabalhadoras apoiando-se principalmente sobre as lições ainda frescas do Chile, contra todas as ilusões em comprar a tolerância ou a "benevolência" da reacção capitalista através de um curso conciliador e pela negação dos objectivos socialistas das suas lutas. O perigo de um retorno em força do fascismo só será definitivamente banido quando todo o poder político e económico fôr arrancado ao grande capital.

O ascenso impetuoso da luta de massas em Portugal coincide com uma polarização, de forma cada vez mais nítida, das forças de classe em vários países-chaves, da Europa capitalista, nomeadamente em França, Itália, e na Grã-Bretanha. Coincide com uma instabilidade crescente do regime franquista senil, podendo acelerar a sua queda. Estimulará todas estas tendências assim como receberá novos impulsos poderosos. A tarefa dos revolucionários internacionalistas é de encorajar com todas as suas forças a extensão internacional das esperanças e dos combates do proletariado português.

- VIVA A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL ACTIVA DOS TRABALHADORES DE TODOS OS PAÍSES COM O PROLETARIADO PORTUGUÊS!
- VIVA A UNIDADE INTERNACIONALISTA DOS TRABALHADORES DE PORTUGAL E DAS COLÓNIAS!
- VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA EM PORTUGAL E NAS COLÓNIAS!
- VIVAM OS ESTADOS-UNIDOS SOCIALISTAS DA EUROPA!
- AJUDA E SOLIDARIEDADE DE TODOS OS REVOLUCIONÁRIOS COM A Liga Comunista Internacionalista DE PORTUGAL!

O SECRETARIADO UNIFICADO (S.U.) DA
IVª INTERNACIONAL
(IMPRECOR Nº1 - 6 de JUNHO/1974)



Edição da

LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA
(L. C. I.)

(Organização da Quarta Internacional)